

Editorial:

Vol. 8, nº 16, Jul./Dez. 2016

AS CRIANÇAS PEQUENAS PRECISAM DE UMA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR? A GUIA DE APRESENTAÇÃO

Cleriston Izidro dos Anjos (Universidade Federal de Alagoas – UFAL) –
cianjos@yahoo.com.br

Solange Estanislau dos Santos (Universidade Federal de Alagoas – UFAL) –
solange.santos@cedu.ufal.br

Qual a causa da educação infantil no Brasil? Por qual causa nos mobilizamos? Este é o ponto de partida: me mobilizo, nos mobilizamos pela expansão da oferta de vagas em creches e pré-escolas de qualidade para as crianças de 0 a 6 anos, que cumpram, com equidade, o direito à educação das crianças e o direito dos pais, especialmente o das mães, ao trabalho extra-doméstico. (ROSEMBERG¹, 2007, p.1).

É com esperança em tempos de luta que apresentamos o dossiê **“Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular: questões para o debate”** que traz preocupações e questionamentos de pesquisadores e de pesquisadoras de várias universidades brasileiras, de consultoras e do consultor das propostas iniciais da BNCC para a Educação Infantil, da ex-Coordenadora geral da Educação Infantil do Ministério da Educação-COEDI/MEC e um manifesto indignado do Fórum Paulista de Educação Infantil. São análises que se encontram, se desencontram, se confrontam e que representam setores que lutam, pesquisam e vivem a educação infantil pública,

¹ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação infantil pós-FUNDEB: avanços e tensões**. Apresentado no Seminário Educar na Infância: perspectivas histórico-sociais. Curitiba, agosto 2007. Disponível em:
<<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20p%C3%B3s-FUNDEB%20avan%C3%A7os%20e%20tens%C3%B5es%20-%20F%C3%BAlvia%20Rosemberg.pdf>>. Acesso em: 27/12/ 2016.

Debates em Educação

e buscam a legitimação da elaboração de políticas públicas com participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e da universidade.

Em que medida as crianças estão sendo consideradas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? O que já temos de produção escrita sobre a BNCC que pode contribuir para alimentar o debate a respeito da proposta? As crianças precisam de uma BNCC? As especificidades da educação infantil estão sendo respeitadas? Os marcadores de diferenças: raça; etnia; religião; sexualidade; classe social estão devidamente referenciados e contemplados?? O que tem em comum todas as crianças brasileiras? Que projeto de nação está fundamentando as propostas? São questões que nos impulsionaram na organização desse dossiê e que pretende fomentar o debate de uma proposta que está no seu processo de elaboração e cuja construção está permeada por um contexto de instabilidade política gerada por um golpe e que está repercutindo em perdas de direitos e de conquistas sociais e educacionais.

No final de 2015 e em 2016, houve consulta pública do documento preliminar e, posteriormente, a publicação da segunda versão da BNCC. Embora saibamos que as duas versões disponibilizadas até o final deste ano não constituem a versão final do documento, elas apresentam indícios que nos permitem problematizar aquilo que está sendo proposto para a Educação Infantil e a própria legitimidade de uma Base Nacional.

A primeira seção traz a entrevista com Rita de Cássia de Freitas Coelho, realizada por Telma Vitoria, no início deste ano, momento em que a entrevistada ainda ocupava o cargo de Coordenadora geral de Educação Infantil do Ministério da Educação (COEDI/MEC). Na entrevista, Rita Coelho apresenta todo o percurso de inserção da educação infantil na BNCC, comenta as críticas e impasses dessa proposta, e finaliza apontando quais seriam os planos para a educação infantil, que foram interrompidos pela sua demissão do cargo, mas que continuam na sua militância.

A segunda seção é composta por um conjunto de nove artigos, os quais abordam diversos aspectos da primeira e da segunda versão do documento e impulsionam os próximos debates e reivindicações.



Debates em Educação

Para abrir a seção apresentamos o texto produzido pelas consultoras e pelo consultor do Ministério da Educação responsáveis pela elaboração da proposta para a Educação Infantil: “O que é básico na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil”, de Maria Carmen Silveira Barbosa, Silvia Helena Vieira Cruz, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira e Paulo Sergio Fochi. O texto aponta os indícios históricos da ideia de uma base curricular nos documentos oficiais e sistematiza algumas questões e controvérsias que permeiam a elaboração do documento, a partir de um diálogo entre eles/as e os/as educadores/as, pesquisadores/as e militantes da Educação Infantil. Apresenta os “consensos possíveis” ou “provisórios” da área, ou seja, aqueles elementos que contribuem para a constituição de uma identidade da Educação Infantil, diferenciando-a das demais etapas da Educação Básica e, em seguida, cita o papel das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009)², como documento responsável para o amadurecimento do campo. Na sequência, traz sobre os campos de experiências e os direitos de aprendizagem propostos na BNCC, finalizando com proposições para a sua implementação.

Em seguida, Lígia Maria Leão de Aquino e Flávia Maria de Menezes em “Base Nacional Comum Curricular: tramas e enredos para a infância brasileira”, questionam a necessidade e a conveniência da existência de uma Base Nacional Comum Curricular que se propõe a interferir na estrutura e na dinâmica das propostas curriculares, a partir do papel que é atribuído ao documento no processo de mediação entre o ordenamento legal para a educação nacional e um conjunto de políticas que visam a sustentação da qualidade da educação pública. Para finalizar, apresentam argumentos contrários à criação de um currículo delineado em bases comuns na medida em que tal proposta desconsidera a experiência das crianças e das instituições espalhadas pelo Brasil.

² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC/SEB, 2009.



Debates em Educação

Anete Abramowicz, Ana Cristina Juvenal da Cruz e Andrea Braga Moruzzi em “Alguns apontamentos: a quem interessa a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil?”, problematizam as forças políticas, sociais e econômicas que sustentam a proposta da BNCC. Para as autoras, a Educação Infantil deve recusar a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular na medida em que, no campo das políticas neoliberais, esta caminha para uma perspectiva de exclusão das diferenças, do silenciamento da diversidade e do retrocesso às conquistas sociais.

No artigo “BNCC: um currículo integrador da infância brasileira?”, Suely Amaral Mello e Greice Ferreira da Silva apresentam reflexões a respeito da necessidade de pensarmos sobre a articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental como intenção de tratamento integrado à infância de 0 a 12 anos. Para as autoras, se tal integração for intencionalmente pensada de modo a colocar em diálogo tais etapas da Educação Básica, de modo que a criança seja entendida como sujeito que passa por diferentes unidades educacionais, a justificativa da antecipação da escolarização, que atropela e desrespeita a criança, tem ainda mais motivos para ser revista.

Flávio Santiago e Ana Lúcia Goulart de Faria em “Currículo é responsabilidade: discussão contemporânea na Itália” trazem contribuições para a compreensão de currículo como responsabilidade a partir das experiências italianas. A perspectiva da autora e do autor não consiste na comparação ou transposição de saberes de uma experiência para a outra, mas parte do princípio de que a partir da reflexão sobre o percurso de construção de um currículo integrado para a educação de crianças de zero a seis anos, encontrarmos um caminho autônomo de garantia do protagonismo das crianças brasileiras. Questionam se seria possível pensar na construção de um currículo nacional para a Educação Infantil e, ainda, dar conta das especificidades desta etapa da Educação Básica.

O artigo “Entretos: precisamos de BNCC ou seria melhor contar com a base?” de Márcia Aparecida Gobbi se inicia com uma provocação já no seu título, na medida em que a autora se questiona: “não seria melhor contar com a base?”. E propõe uma reflexão a respeito dos “Campos de experiências”



Debates em Educação

contidos na base comum curricular, de modo particular no que se refere às proposições relacionadas às manifestações artísticas e expressivas – das e para as crianças – que se constituem como sustento e como exercício livre da imaginação, e não podem caminhar na direção de uma perspectiva prescritiva do trabalho com crianças.

Em “Quais as crianças da Base Nacional Comum Curricular? Um olhar para as ‘culturas’ sem diversidade cultural”, Márcia Anacleto de Souza apresenta uma reflexão a respeito dos modos pelos quais a diversidade cultural é – ou não - abordada no documento no que se refere a especificidade das relações étnico-raciais. Dentre suas constatações, a autora afirma que a primeira versão da BNCC é marcada por um silenciamento do debate étnico-racial e, na segunda versão, embora haja uma tentativa de inserção da temática, a discussão proposta não contempla a dimensão intercultural, o que aponta para uma grande trajetória a ser percorrida na perspectiva da construção “de uma política curricular consistente e viva, traduzida não só na cotidianidade, mas numa mudança estrutural e epistemológica na educação brasileira” (p.17).

No artigo “A Educação Infantil no contexto da Base Nacional Comum Curricular: em defesa das crianças como seres da natureza, herdeiras das tradições culturais brasileiras”, Maria Luiza Rodrigues Flores e Léa Tiriba apresentam questionamentos a respeito da ausência da discussão das relações das crianças com a natureza, fato este que não colabora para a consolidação da perspectiva ambiental prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). Para as autoras, se queremos um projeto de Educação Infantil que seja libertador, precisamos nos embrenhar no conhecimento das tradições culturais dos povos e comunidades que constituem o povo brasileiro.

Márcia Buss-Simão encerra essa seção com “Experiências sensoriais, expressivas, corporais e de movimento nos Campos de Experiências da Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil” e traz uma análise de como as especificidades das experiências sensoriais, expressivas, corporais e de movimento estão sendo abordadas pela BNCCe como deveriam ser inseridas



Debates em Educação

nos campos de experiências, destacando a importância de intervenções educativas no espaço-tempo, na observação e no registro.

A última seção traz o Manifesto Indignado do Fórum Paulista de Educação Infantil produzido neste ano como resultado dos seus debates e assembleias.

Esperamos que o conjunto de reflexões aqui expostas nesse dossiê contribua para questionarmos o porquê, o para quê e a serviço de quem está a proposta da BNCC. Que uma BNCC não apague o que há de extraordinário nas crianças e no cotidiano das creches e pré-escolas brasileiras. Que as contribuições de cada um dos artigos possam alimentar o debate e nos fortalecer nestes tempos difíceis que vivemos, e impulse a luta em defesa da Educação Infantil pública, gratuita, laica e de qualidade para todas as crianças.

Sigamos com esperança, assim como Ariano Suassuna “Se otimistas são tolos, já pessimistas, não deixam de ser chatos. Bom mesmo é ser realista esperançoso”.

